



## **Ata da reunião da CCD do BE - Algarve, de 02/02/2018**

Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove realizou-se, pelas catorze horas, na sede do Bloco de Esquerda, em Faro, uma reunião da Comissão Coordenadora Distrital do Algarve do Bloco de Esquerda, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Visitas ao Algarve de:
  - a) Catarina Marins, em 9/02/2019;
  - b) Marisa Matias, em 13/05/2019
3. Plano de Ações a desenvolver no trimestre fevereiro/março/abril, tendo em conta o Plano de Ação do BE/Algarve aprovado.
4. Discussão e aprovação dos Regulamento de funcionamento da CCD e de Finanças da Distrital
5. Outros assuntos

Participaram na reunião os seguintes membros da Comissão Coordenadora: Igor Gago, Luísa Gonzalez, David Roque, Maria Celeste Santos, José Santos, João Vasconcelos, Paulo Silva, Joaquim Gomes, Jorge Ramos, Augusto Taveira, Mariette Martinho, Carlos Brito, Joaquina Lourenço, Mónica Neto, Pedro Mota e Joaquim Oliveira. O camarada funcionário do Bloco, Nuno Viana, também esteve presente.

Antes de se entrar na ordem do dia, o camarada Carlos Brito, colocou a questão relativa a um aderente do Bloco de Esquerda que é igualmente militante de outros partidos, propondo que esta situação seja remetida à comissão de direitos para que seja tomada uma posição relativamente ao militante em causa, tendo sido acordado que esta situação fosse discutida no ponto 5. "Outros assuntos".

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, o camarada deputado, João Vasconcelos, deu algumas informações sobre as jornadas parlamentares do BE em Aveiro que irão ter lugar nos dias 4 e 5 de fevereiro, bem como sobre as iniciativas do grupo parlamentar, em particular no que concerne à apresentação de uma proposta de resolução sobre a luta dos trabalhadores dos Registos e Notariado. Referiu igualmente que se devia agendar uma visita à Direção de Finanças de Faro, para ver o estado de degradação em que se encontram aquelas instalações.

O camarada João Vasconcelos prestou ainda alguns esclarecimentos sobre o processo de descentralização de competências e que os municípios irão ficar sem meios financeiros para exercer as todas competências que lhes pretendem atribuir, posto que aparentemente apenas existirão pacotes financeiros para a Educação e Saúde. Quanto ao futuro papel das CCDRs pensa-se que foi criada uma comissão técnica entre o PS e o PSD para a descentralização e que à partida as CCDRs devem entrar neste processo que talvez apenas venha a ser apresentado na próxima legislatura.

Mais informou sobre a forma como decorreu a sessão pública organizada pelo Bloco de Esquerda sobre habitação, que teve lugar no passado dia 25 de Janeiro no Clube Desportivo da Atalaia, em Faro. O camarada Augusto Taveiro referiu ter existido

pouca participação na sessão, mas alguns presentes fizeram queixas sobre o aumento das rendas da habitação social, tendo o camarada Joaquim Gomes esclarecido pensavam uma reunião com o vereador da câmara municipal com pelouro da área social para indagarem os motivos que levaram a câmara a tomar aquelas decisões.

O camarada José Santos informou que em Lagos foi proposto que a receita municipal proveniente da derrama fosse toda aplicada na recuperação do parque habitacional do município e que esta poderia ser uma proposta a ser apresentada também pelos eleitos do BE nas outras autarquias.

Foi igualmente proposto pelo camarada João Vasconcelos que se exercesse pressão nas câmaras municipais, através da apresentação de moções ou recomendações no sentido de fazerem um levantamento das suas carências habitacionais, a fim de concorrerem ao “1º Direito” - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, para o qual existe um financiamento de cerca de quarenta milhões de euros para atribuir a nível nacional.

O camarada informou que o grupo parlamentar vai indagar junto de todas as câmaras municipais se estão a concorrer ao “1º Direito” e se irão alocar mais verbas para operações de reabilitação urbana, sendo que tais perguntas deverão previsivelmente ser enviadas às câmaras na próxima semana.

Deu ainda informação da ação do BE, no passado sábado, contra as portagens na A22. Recordou que a própria autoridade rodoviária dava conta de ter sido ultrapassado o recorde, com mais de dez mil acidentes no Algarve.

Passando-se ao ponto dois da ordem de trabalhos – visita de Catarina Marins - o camarada Taveira informou que contactado o sindicato dos independentes dos médicos, que se manifestou disponível para receber a Catarina e que os enfermeiros também estão interessados em encontrar-se com a camarada Catarina Martins. A visita da Catarina Martins iniciar-se pelas 11:00 no mercado de Loulé, seguida de um almoço restrito com a comitiva, em Faro, pelas 12:30h em restaurante ainda a determinar. Pelas 14:30h a camarada Catarina reunir-se-á com os enfermeiros, na sede do Sindicato dos Enfermeiros, em S. Luís e pelas 16:00h com o Sindicato dos Médicos (SIM). Sugeriu-se que fosse também contactado o representante da FNAM no Algarve, para que este fizesse parte da reunião da Catarina com o SIM, na sede do BE, em Faro. Pelas 19:30h terá lugar um jantar no restaurante “o Pescador”, ao lado do mercado municipal de Loulé, seguindo das intervenções dos camaradas Catarina Martins, João Vasconcelos, Moisés Ferreira e do deputado municipal Carlos Martins. Esclareceu-se que o restaurante tem uma capacidade de 90 lugares, sendo o preço de € 10,00 por pessoa e o preço apoiado de €6,00. A camarada Celeste Santos propôs à Distrital que disponibilize um autocarro de apoio para transporte das pessoas que queiram vir ao jantar com a camarada Catarina Martins.

Passando-se à planificação da visita da camarada Marisa Matias, que ocorrerá no próximo dia 13 de maio, foi informado que a visita marcará o primeiro dia de campanha, mas que a camarada Marisa apenas poderá permanecer no Algarve até às 14:00h, pelo que o programa terá que ser ajustado a este horário e terá de ser indicado até ao final de Fevereiro. Foi equacionada a possibilidade da camarada Marisa visitar a loja do cidadão em Faro, para constatar as condições de atendimento, manifestamente insuficientes para o número de utentes que diariamente ali ocorre, aproveitando para fazer uma visita ao mercado de Faro que funciona no mesmo



edifício. Ponderou-se também uma possível visita às estufas de Tavira, que empregam imigrantes, alguns deles ilegais e que trabalham em condições sub-humanas. Foi igualmente equacionada a possibilidade da camarada Marisa Matias dar uma aula na Escola Tomás Cabreira, em Faro, sobre a União Europeia ou noutra escola secundária que porventura possa ter um Programa de Parlamento Jovem. O secretariado mostrou-se disponível para aceitar propostas para a visita da camarada Marisa, sendo que, caso se decida fazer um almoço, terá de ser num sítio mais central (Faro ou Olhão) atentos os constrangimentos de tempo existentes.

Passando-se ao ponto três da ordem de trabalhos, o camarada João Vasconcelos frisou a existência do Plano de Ação aprovado na pretérita Assembleia Distrital, pelo que importa dentro deste plano, determinar as ações que a Distrital em coordenação com as concelhias, poderá desenvolver. Foi mencionado êxito da ação desenvolvida em Loulé relativamente aos cuidadores que teve muita adesão e grande repercussão. Foi igualmente mencionada a pouca adesão que houve à sessão sobre descentralização ocorrida no passado dia 26 de janeiro, em Tavira, apesar da grande relevância desta matéria.

A camarada Luísa Gonzalez referiu ter conhecimento que alguns lares da Santa Casa da Misericórdia, cobram aos utentes a respetiva medicação, mas não lhes entregam os correspondentes recibos para que possam deduzi-los em sede de IRS, sendo tais recibos, ao que crê, emitidos em nome da Santa Casa.

Foram os camaradas informados da reunião que haverá no dia 4 do corrente com a Docapescas, na qual participará o camarada Luís Fernandes, o camarada Ivo Conceição e o camarada Joaquim, ficando estabelecido que após a reunião, se fará uma sumula do que se passou para que envio ao secretariado.

O camarada João Vasconcelos manifestou a sua disponibilidade para às segundas-feiras participar em ações desenvolvidas pelas concelhias. Foi ainda dado conhecimento que no dia 11 de fevereiro fará uma visita a Vila Real de Santo António, a fim de se reunir com a Presidente da Câmara que igualmente preside à empresa municipal, a fim de se inteirar do futuro destes trabalhadores que em caso de dissolução da empresa deverão voltar a integrar os quadros do município.

Ainda no âmbito das ações a desenvolver, o camarada Vasconcelos referiu ter estado prevista uma visita às escolas de Portimão, Bombeiros e Centro de Saúde de Portimão, no dia 11 de fevereiro, mas que atendendo ao problema grave e ainda sem resolução, relativo aos incêndios que ocorreram em Monchique, se sugere que esta visita seja alterada, deslocando-se ao invés, na referida data, a Monchique a fim de se inteirar da situação. Mais informou que estava a pensar chamar ao parlamento o Ministro e o Presidente da Câmara Municipal de Monchique para saber por que razão ainda não foi resolvido o problema das vítimas dos incêndios de Monchique.

Foi também sugerido agendar-se uma sessão pública com o camarada Carlos Matias, em Monchique, para se discutir o problema do crescimento desregrado dos eucaliptos. A camarada Celeste Santos propôs que para Vila Real de Santo António se fizesse uma visita, em moldes semelhantes à realizada em Castro Marim, chamando a atenção para o facto do município de Vila real de Santo António ter uma dívida de cerca de 170 milhões de euros (no cômputo total entre o município e a empresa municipal), sendo que a água do município já foi concessionada por 30 anos a

privados e não se sabe se a empresa municipal será extinta e em que situação ficarão os trabalhadores, visto existirem rumores de que a presidente da câmara não irá reintegrar ninguém. Propôs ainda uma visita também ao Centro de Saúde de VRSA e almoço em Monte Gordo com os mariscadores.

Discutiu-se ainda o encontro de juventude que terá lugar no Algarve em Março, ficando o camarada Igor Gago incumbido de submeter ao secretariado dois ou três temas para o encontro. O camarada Igor propôs desde logo como tema, as alterações climáticas, que considera ser um tema agregador.

O camarada João Vasconcelos mencionou que a Juventude e a participação dos jovens na vida do bloco, é uma questão prioritária no Algarve. Foi ainda proposta uma ação sobre mobilidade e interioridade, sendo equacionada a organização de um debate sobre interioridade em Alcoutim, por ser este um dos concelhos mais desertificados do país.

Equacionou-se entre a alternância destes dois temas, ser o da mobilidade o mais premente no Algarve, nomeadamente na vertente viária e da ferrovia regional. O camarada David Roque referiu que a interioridade é um tema demasiado abrangente e que apenas se pode discutir com propostas concretas, pelo que se deverá colocar a questão da interioridade em agenda, mas com questões temáticas, como a perda dos serviços públicos, a mobilidade ( ou a falta dela) no interior, etc. abordando sempre questões concretas sintomáticas da própria interioridade. Submetido o assunto a discussão, ficou decidido que se faria uma sessão sobre o tema da interioridade, previsivelmente em abril e mais tarde uma ação sobre a mobilidade.

Passando-se ao ponto 4, atendendo a que muitos dos camaradas não tiveram hipótese de analisar devidamente os projetos de regulamento enviados, uma vez que foram remetidos em data muito próxima da realização da assembleia, foi decidido que fixar-se o prazo de uma semana para que a proposta de regulamento fosse analisada pelos camaradas, podendo dentro deste prazo fazer as observações e comentários que entendessem necessários, após o que seria votado.

Passando-se ao ponto 5 da ordem de trabalhos, foi solicitado pelo camarada Joaquim Gomes que os núcleos fizessem chegar à Distrital as carências de material e equipamento que possam ter, para que sejam dotados do material e equipamentos em falta. Foi ainda sugerido pelo camarada a criação de um documento de imputação de custos por núcleos ou concelhias, o que foi aceite por todos.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata.

O Presidente da Mesa,  
João Vasconcelos  
O Secretário,  
Mónica Neto